

CNI prepara documento com propostas para novo governo

Entidade vai insistir na necessidade da reforma tributária e alertar para os riscos da alta dos juros

ELIANE AZEVEDO

RIO – A Confederação Nacional da Indústria (CNI) está preparando um documento, a ser entregue ao presidente eleito no fim de novembro, no qual vai apresentar a posição da entidade e suas propostas para combater a crise econômica. O texto ainda não está pronto, mas, segundo o diretor-executivo da CNI, José Augusto Coelho Fernandes, a linha mestra do trabalho seguirá os temas que a confederação vem abordando em seus estudos: o chamado custo Brasil, a reforma tributária e os riscos da alta dos juros.

DEFESA DA CRIAÇÃO DE UM IMPOSTO ÚNICO

Na semana que vem, por exemplo, a CNI apresentará ao secretário-geral da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, um detalhado estudo de avaliação do custo Brasil. Há cerca de um ano e meio, a entidade havia entregue ao governo um documento contendo 60 propostas para reduzir a carga tributária e os custos de produção das empresas brasileiras. No novo traba-

lho, a CNI faz um balanço de quais foram adotadas e se deram certo.

“Houve avanços, mas há um caminhar de coisas ainda por serem feitas”, afirmou Fernandes. “Na verdade, qualquer discussão do custo Brasil passa pela reforma tributária, um nó górdio hoje para o País.” Entre os avanços, a confederação alinha a melhora na infraestrutura de estradas, especialmente com a privatização, a dinamização do sistema portuário e a introdução da Lei Kandir – que, apesar de execrada pelos governos estaduais pela imensa contribuição ao déficit público, ganha aplausos dos exportadores de manufaturados, benefi-

ciados com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No entanto, tanto no documento para a Camex quanto no que será apresentado ao futuro presidente, a CNI vai bater na te-

cla da necessidade de substituir os impostos cobrados em vários estágios da produção e comercialização por um único tributo.

A entidade apóia a proposta apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, de criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e de uma taxa de vendas (sales tax) a ser cobrada diretamente do consumidor.